



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Administração

Balancos Patrimoniais

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante		21.195	18.153
Ativos e equivalentes de caixa	5	948	1.958
Títulos e valores mobiliários	6	2.022	2.216
Contas a receber ativo financeiro	7	16.701	13.617
Outros ativos		1.524	368
Não Circulante		74.374	75.680
Contas a receber ativo financeiro	7	74.097	75.502
Depósitos judiciais		151	49
Imobilizado		126	129
Total do Ativo		95.569	93.833

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Passivo			
Circulante		8.297	8.312
Empréstimos e financiamentos	8	3.915	3.910
Fornecedores		160	6
Adiantamento de clientes		639	396
Partes relacionadas - Dividendos	15.2	2.640	3.213
Encargos regulatórios		586	510
Outros passivos		357	277
Não Circulante		28.365	26.477
Empréstimos e financiamentos	8	19.967	23.741
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	7.768	2.702
Outros passivos		630	34
Patrimônio Líquido		58.907	59.044
Capital social		29.054	29.054
Reserva de lucros	11.1	29.843	29.980
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		95.569	93.833

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Descrição	Nota	Reservas de lucros		Reserva especial para incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Reserva de lucros acumulados	Lucros Total
		Capital social	Reserva legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2013		29.064	1.500		2.417	21.949	54.930
Lucro líquido do exercício						8.327	8.327
Dividendos adicionais não auvidos					(182)	182	
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	11.2		416			(416)	
Reserva de lucros	11.2			4.040		(4.040)	
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2					(1.978)	(1.978)
Distribuição dos dividendos adicionais propostos 2013				(2.235)			(2.235)
Dividendos adicionais propostos	11.2			1.893		(1.893)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014		29.064	1.916		1.893	26.171	59.044
Lucro líquido do exercício						2.303	2.303
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	11.2		115			(115)	
Reserva de lucros	11.2			985		(985)	
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2					(547)	(547)
Distribuição dos dividendos adicionais propostos 2014				(1.893)			(1.893)
Reserva de incentivos fiscais	11.2			656			(656)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		29.064	2.031	656		27.156	58.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. ("Companhia" ou "ETES") foi constituída em 19 de dezembro de 2006 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 15º andar, Conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). A Companhia possui o direito de explorar, diretamente ou seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número	Prazo (anos)	Viência até	RAP (%)	Índice de correção
006/2007	30	2037	R\$ 13,088	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBN e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBN. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 23 de fevereiro de 2016. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Reclassificação para fins de comparabilidade:** Visando melhorar a comparabilidade das informações apresentadas, a Companhia realizou a reclassificação da rubrica Concessionárias e permissões em ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **3.1.2 Contas a receber ativo financeiro:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber ativo financeiro como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e são ajustados, posteriormente, pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2015, a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4 Ativo financeiro de concessão:** De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato. O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias, independentemente, do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo. **3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão:** A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente, todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos no exercício. **3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos no demonstração do resultado. **3.1.2 Contas a receber ativo financeiro:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber ativo financeiro como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e são ajustados, posteriormente, pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2015, a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4 Ativo financeiro de concessão:** De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato. O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias, independentemente, do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo. **3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão:** A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente, todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos no exercício. **3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

4. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras/credores	Vencimento	(% a.a.)	Taxa efetiva	Custo a		Custo a	
				Principal amortizado	31/12/2015	31/12/2014	Principal amortizado
BNDDES (1)	15/09/2023	TJLP + 2,37% a.a.	56	2.037	2.093	2.082	13.752
BNDDES (2)	15/09/2023	TJLP + 2,38% a.a.	8	282	(4)	286	289
BNDDES (2)	15/10/2019	4,5% a.a.	12	1.556	(32)	1.536	4.409
			76	3.875	(36)	3.915	20.064

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5 Tributação:** **3.5.1 Imposto sobre a receita:** As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro real. **3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.7 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio. **3.8 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica:** A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP. **3.8.1 Receita de desenvolvimento de infraestrutura:** A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade. **3.8.2 Receita de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. **3.8.3 Receita de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato. **3.8.4 Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

4. PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS REVISADOS PELO CPC

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, e não planeja adotar essas normas de maneira antecipada.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	573
Numerários disponíveis		944
Certificados de depósitos bancários		1.379
	948	1.952

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 85% do CDI em 31 de dezembro de 2015, comparado a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2014.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$ 2.022 (R\$ 2.216 em 31 de dezembro de 2014), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDDES. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 97,56% do CDI em 31 de dezembro de 2015 e 97,26% do CDI em 31 de dezembro de 2014.

7. CONTAS A RECEBER ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão					
	Saldo em 31 de dezembro de 2013		Saldo em 31 de dezembro de 2014		Saldo em 31 de dezembro de 2015
Receta de operação e manutenção (nota 12)		2.618		2.618	
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)		11.313		11.313	
Receta de infraestrutura (nota 12)		3		3	
Recuperação do ativo financeiro (baixa)		(11.841)		(11.841)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014		89.119		89.119	
Receta de operação e manutenção (nota 12)		3.060		3.060	
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)		11.663		11.663	
Receta de infraestrutura (nota 12)		51		51	
Recuperação do ativo financeiro (baixa)		(13.095)		(13.095)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015		90.798		90.798	
Contas a receber ativo financeiro - circulante		16.701		16.701	
Contas a receber ativo financeiro - não-circulante		74.097		74.097	
		90.798		90.798	

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	12	13.236	13.049
Custos operacionais			
Custo dos serviços prestados		(1.619)	(1.275)
Custo de infraestrutura		(51)	(3)
		(1.670)	(1.278)
Lucro bruto		11.566	11.771
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(414)	(569)
Depreciação		(3)	(3)
Pessoal		(667)	(537)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(303)	(190)
		(1.387)	(1.299)
Lucro antes do resultado financeiro		10.179	10.472
Despesas financeiras	13	(2.067)	(2.020)
Receitas financeiras	13	421	430
		(1.646)	(1.590)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.533	8.882
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.164)	(487)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(5.066)	(68)
		(6.230)	(555)
Lucro líquido do exercício		2.303	8.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	31/12/2015		31/12/2014	
Lucro líquido do exercício		2.303		8.327
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício		2.303		8.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(1) O empréstimo do BNDDES, firmado em 04 de maio de 2009, com liberação no dia 27 de maio de 2009, está sujeito ao encargo da variação da TJLP, acrescido de 2,37% a.a., com vencimento em 15 de setembro de 2023, e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão. (2) O empréstimo junto ao BNDDES, firmado em 29 de dezembro de 2009, teve seu crédito dividido em 2 (dois) subcréditos, sendo: "Subcrédito A" sujeito à incidência de juros de 2,38% ao ano acrescido da variação da TJLP, com vencimento